



[boletim imprimivel](#) | [assinatura de graça](#) | [Números anteriores](#)

disponível em [Francês](#), [Espanhol](#) e [Inglês](#)

MOVIMENTO MUNDIAL PELAS FLORESTAS TROPICAIS

Número 174 - Janeiro 2012

Agradecemos às amigas e aos amigos que contribuíram com seus comentários e respostas à enquete que veiculamos sobre nosso boletim. Suas contribuições permitirão que melhorem o que consideramos uma valiosa ferramenta de comunicação ao serviço das lutas das comunidades e dos povos na defesa dos territórios e da natureza.

NOSSA OPINIÃO

- **De Durban a Rio+20 : O que acontece com a nossa agenda?**

COMUNIDADES, FLORESTAS E PLANTAÇÕES

- **Brasil: a definição de floresta - outro âmbito de resistência e reconquista**
- **Plantações industriais de monoculturas de árvores na África do sul: a cultura dos curandeiros tradicionais versus a cultura do consumo**
- **Filipinas: a crescente ameaça das plantações de dendezeiro em Palawan**
- **Plantações industriais de dendezeiro por trás da apropriação ilegal de terras em Serra Leoa**
- **Bolívia: chamada para uma ação urgente para proteger povos indígenas que vivem em situações de isolamento ou extrema vulnerabilidade**
- **Equador: pronunciamento em defesa da Pachamama e da vida**
- **Chile: incêndios e repressão, o legado do modelo florestal**

POVOS EM AÇÃO

- **Nova pressão sobre a FAO para definir a floresta por seu verdadeiro significado**
- **Carta aberta contra a “economia verde” e a favor da vida**
- **Índia: fábrica da Michelin ameaça floresta dos Intocáveis**
- **Indonésia: brutalidade policial em manifestação de apoio ao Projeto da Mina de Ouro Bima**

NOSSA OPINIÃO

- **De Durban a Rio+20 : O que acontece com a nossa agenda?**

Como podia se prever, a conferência climática em Durban não tomou nenhuma decisão significativa em termos do combate à crise climática. Talvez, em 2020, seja assinado um novo acordo vinculante. 2020? De acordo com a rede de organizações e movimentos denominada Climate

Justice Now, isso constitui um 'crime contra a humanidade'. Parece como se os governos, os maiores responsáveis pela crise climática, tivessem abandonado a ideia de considerar as pessoas que se tornaram vítimas, as que estão afetados ou altamente ameaçados pela mudança climática, especialmente as mulheres.

Mas nós sabemos e vimos como esses governos dão muita atenção a seus próprios interesses, sua riqueza, suas empresas transnacionais e instituições financeiras. Eles continuam negando sua responsabilidade - histórica- pela mudança climática, e continuam poluindo, ainda mais que antes, enquanto apontam o dedo para países como China, Índia e Brasil, que se tornaram ultimamente poluidores mais significativos. Os povos, tanto do Norte quanto do Sul, e inclusive muitos dos governos principalmente do Sul são apenas observadores nas conferências. Não são consultados, mesmo que as conseqüências sejam gigantescas para a grande maioria da população mundial que vive no Sul e que tem uma insignificante responsabilidade pela crise climática.

O próximo ponto de encontro internacional para que os governos discutam o clima e o ambiente será a conferência Rio+20 em junho de 2012- 20 anos depois da conferencia de 1992 na mesma cidade. Em 1992, a crise ambiental teve um lugar central no debate internacional. Após 20 anos, a questão climática, e em termos gerais, a questão ambiental, indubitavelmente deixou de ser prioritária para os governos do Norte. Aparentemente, é de seu interesse apenas quando é possível beneficiar suas empresas, seus bancos, seu crescimento econômico, incluindo a compensação de sua contaminação através de projetos REDD+, erroneamente visto como forma de conservar as florestas. Não é surpreendente que a Rio+20 coloque atualmente a palavra 'economia'- não meio ambiente nem clima nem natureza nem pessoas- no centro do debate. E para que soa bonito, e não seja mais do mesmo, não falam apenas de 'economia' mas de 'economia verde'.

Em dezembro em Durban, era possível ouvir a seguinte observação entre os grupos da sociedade civil e os movimentos sociais, ao comentarem a conferência oficial: está na hora de construirmos e decidirmos nossa própria agenda, em vez de seguir a agenda dos governos e suas conferencias, que não conduzem a soluções senão a mais frustrações, e a mais benefícios empresariais. Talvez, a ideia de uma 'agenda própria' possa ser um caminho para lidar com e até influir de forma mais frutífera as conferências e os governos.

Uma forma de construir tal agenda por parte de organizações e movimentos pode ser, em vez de gastar tempo, dinheiro e energia em assistir às conferencias, a decisão de investir tempo, dinheiro e energia em encontrar em nível local e regional com as comunidades para discutir e analisar o que está acontecendo nessas conferencias e contribuir para a discussão de ações no nível local, regional, nacional e inclusive internacional a fim de pressionar os governos. Talvez tal impulso coordenado em muitos países do mundo todo, no Norte e no Sul, antes, durante e depois das conferencias, possa fazer com que os governos estejam mais dispostos a escutar as pessoas e suas demandas.

E mais concretamente, para a Rio+20 e para as organizações participantes, porque não, em vez de ir às conferencias e organizar sua agenda de atividades frequentemente interessante mas geralmente fragmentada e separada, trabalhemos juntos em uma agenda conjunta que inclua o apoio concreto às lutas das populações do Rio de Janeiro e arredores contra os projetos destrutivos, para pressionar nossos governos por soluções reais tanto para a crise climática quanto para as relacionadas com ela. Talvez tal proposta possa envolver muitas mais pessoas em nossas mobilizações bem como ser muito mais efetiva em termos de influenciar nossos governos. E que continuemos esse espírito de cooperação além da Rio+20, construindo um movimento mais forte.

Esta proposta está sendo divulgada pelo Apelo à Mobilização Conjunta rumo à Rio+20 e além, lançada no mês passado por organizações, redes e movimentos sociais, envolvidos na construção da Cúpula dos Povos pela justiça social e ambiental, contra a mercantilização da vida e a natureza e em defesa dos bens comuns, que será celebrada no Rio de Janeiro, Brasil, de 18 a 23 de junho de 2012, em forma paralela à conferência Rio+20. (vide www.wrm.org.uy/RIO+20/Mobilize_together.html para acessar o texto do apelo na íntegra)

Precisamos ser criativos, encontrar as formas de questionar mais efetivamente as relações desiguais de poder, incluindo as relações desiguais de gênero, no mundo todo. Os movimentos sociais nos ensinaram que para modificar as relações desiguais de poder, a construção de movimentos, com homens e mulheres, é uma ferramenta essencial. E é possível construir um movimento forte e poderoso, especialmente se compreendemos que mulheres e homens no mundo todo estão afetados, mesmo que em formas diferentes, pelas práticas visando o lucro das empresas e de outros atores que incluem os estados, apoiados por instituições financeiras e governos. Com uma voz mais forte e coletiva, será cada vez mais difícil para nossos governos não considerar ou não escutar a população.

Início

COMUNIDADES, FLORESTAS E PLANTAÇÕES

- Brasil: a definição de floresta - outro âmbito de resistência e reconquista

O ano de 2011 foi eleito, pela ONU, o ano internacional das florestas. No horizonte da Rio +20 e das conferências do clima (África do Sul) e da biodiversidade (Índia), as florestas são tema de uma intensa campanha discursiva.

Evidenciando a importância das florestas para a vida do planeta, um conjunto articulado de enunciados buscam mobilizar a opinião pública internacional para a necessidade e urgência de proteger as florestas. A provisão de água, alimentos, madeira, fármacos etc.; a regulação dos ciclos hidrológicos e climáticos; a decomposição e reprodução da vida – a defesa das florestas, como slogan de campanha, parece um sentido universal. Quem poderia ser contra a defesa das florestas? Trata-se de um tipo de campanha discursiva que busca construir um “nós” que é ao mesmo tempo emissor e destinatário da própria campanha.

À campanha da FAO e da ONU de defesa das florestas se somam, entre inúmeras outras, as iniciativas do Banco Mundial, Programa de Proteção das Florestas; British Petroleum, Nova Floresta: Brasil-Escócia; Petrobrás, os orquidários; Fibria; Veracel; Suzano; Vale do Rio Doce; Plantar etc. Além da iniciativa das indústrias de celulose e siderurgia verde, o manejo florestal sustentável, e de WWF, os plantios de nova geração. Formou-se inclusive um grupo internacional chamado Diálogo Florestal (1), reunindo empresas, sociedades científicas e certificadoras, além de organizações ambientalistas.

Qualquer busca pela internet explicita a enorme quantidade de links de proteção e promoção das florestas. O que não se explicita, nas primeiras buscas e nos títulos, é o que se entende, e se quer fazer entender, quando se enuncia: “floresta”. Uma pretensa obviedade do conceito, em geral, impede a pergunta: “final, o que é isto, uma floresta?”.

Para a FAO, quem informa o conceito que rege as conferências internacionais do clima e da

biodiversidade, as florestas significam: “Terras que se estendem por mais de 0,5 hectares, dotadas de árvores de uma altura superior a 5 metros e uma cobertura de dossel superior a 10%, ou de árvores capazes de alcançar esta altura.” (2)

No Protocolo de Kyoto e nos documentos internacionais sobre clima, seguindo o sentido da FAO, define-se a floresta que deve ser defendida e promovida, por exemplo, nos mecanismos de flexibilização das cotas de redução dos países do Norte, como o MDL (mecanismo de desenvolvimento limpo). Floresta é:

“Superfície mínima de terras entre 0,05 e 1 ha, com uma cobertura de copas (ou uma densidade de população equivalente) que excede de 10 a 30% e com árvores que possam alcançar uma altura mínima dentre 2 e 5 metros em sua maturidade in situ. Uma floresta pode consistir em formações florestais densas, onde árvores de diversas alturas e o sub-bosque cobrem uma proporção considerável do terreno, ou ainda uma massa florestal clara. Se consideram florestas também as massas florestais naturais e todas as plantações jovens que ainda não alcançaram uma densidade de copas entre 10 e 30%, ou uma altura de árvores entre 2 e 5 metros, assim como as superfícies que normalmente formam parte da zona florestal mas que carecem temporariamente de população florestal em consequência da intervenção humana, por exemplo da exploração, ou de causas naturais, mas que se espera voltarão a converterem-se em floresta.” (3)

Para Dona Claudentina, quilombola sexagenária da comunidade de Angelim, no Sapê do Norte do Espírito Santo, floresta é: “um lugar onde a gente ia colher frutos e sementes, cipós, madeira, plantas, raízes; caçar, pescar. Era também um lugar de fé”. Claudentina fala “floresta” desde sua experiência com a Mata Atlântica capixaba, em um tempo passado, pois, a partir dos 20 anos de idade, viu sua floresta derrubada e substituída pelo manejo florestal da Aracruz-Fibria e da Bahia-Sul Suzano.

Comparadas à tese de Claudentina, as definições oficiais são claramente insuficientes e formais, que enquadram o termo floresta como uma “extensão de terra”, uma “superfície de área”, com determinadas características, também quantitativas, de árvores em diferentes estágios de crescimento. Que espécies de árvores são essas? A que usos estão associadas? A quem pertence a área? Há conflito ou ameaça? Também, no discurso oficial, não há nenhuma referência a outras formas de vida que habitam as florestas: fungos, vegetação não arbórea, animais, povos e ainda o rico universo imaterial da fé de Claudentina.

Uma importante chave de interpretação da gramática hegemônica: o conceito da FAO, que rege o diálogo florestal, deixa implícito que floresta pode ser também (ou principalmente) interpretada e co-enunciada como: plantação de apenas uma espécie de árvore, de rápido crescimento e em larga escala. Na definição oficial de floresta subjaz esse sentido, drenando para as plantações industriais grande parte dos investimentos financeiros, das políticas públicas e privadas, da pesquisa científica.

No Brasil, enquanto a forte bancada do agronegócio desmonta o código florestal (vide quadro) no parlamento, as políticas têm por núcleo central a expansão da “base florestal” de eucalipto e pinus dos atuais 6,5 milhões para 12 milhões de hectares, fundamentalmente para abastecer as plantas celulósicas e siderúrgicas, instaladas no Espírito Santo, Minas Gerais, São Paulo, Bahia, e planejadas para Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Maranhão, Rio de Janeiro, Pará. O pretexto é múltiplo: “recuperar áreas degradadas”, na Bahia, “neutralizar o Carbono dos “mega-eventos” no RJ, “evitar o apagão florestal”, em SP, “criar um pólo florestal” no MA e PA”, “mecanismo de desenvolvimento limpo”, em MG, “poupança florestal” no RS. O sentido é mais linear: criar as

condições simbólicas e sociais, financeiras, ambientais e jurídicas, de promoção dos plantios de eucalipto de rápido crescimento.

Na fala de Claudentina, o Código Florestal não é uma letra morta. Ao contrário, permite transmitir para as gerações mais jovens, pós-eucalipto, o sentido da mata ciliar ao longo dos córregos e nascentes, hoje não mais existentes. Permite falar da lagoa do Murici, onde ia pescar em Angelim, totalmente coberta e seca, depois de 40 anos de manejo dos eucaliptos da Aracruz-Fibra.

A memória de Claudentina não é apenas retroativa, mas elemento central de um discurso de resistência, que se volta para a reconquista e reconversão territorial.

Versão resumida do relatório: “Que é isto – uma floresta? Marketing verde e o código de Claudentina como resistência discursiva” de Marcelo Calazans, FASE-ES/Rede Deserto Verde. A versão na íntegra pode ser lida em:

http://wrm.org.uy/paises/Brasil/Marketing_verde_e_o_codigo_de_Claudentina.pdf

(1) Cf. DIÁLOGO FLORESTAL. www.dialogoflorestal.org.br.

(2) FAO. Evaluación de los recursos forestales mundiales 2010, Anexo 2. Términos y definiciones utilizados em FRA 2010.

(3) Decisão 11/CP-7. Anexo 1 (a) adoptada em Marrakech.

O que é o Código Florestal?

O atual Código Florestal é uma lei de 1965 que estabelece, entre outros, que cada propriedade no Brasil precisa manter uma área de Reserva Legal (RL), ou seja, uma quantidade de vegetação nativa cuja porcentagem varia de 20% no caso das regiões de Mata Atlântica, até 80% da propriedade na maior parte da Floresta Amazônica. Além disso, o Código estabelece a categoria das Áreas de Preservação Permanente (APPs) para proteger rios, encostas e topos de morro. Em relação aos rios, dependendo da largura, o Código estabelece faixas mínimas de 30 metros de proteção com mata a cada margem dos rios. (Boletim Nº 166)

Início

- Plantações industriais de monoculturas de árvores na África do sul: a cultura dos curandeiros tradicionais versus a cultura do consumo

Nos relatórios que apresentam os efeitos das plantações industriais de eucaliptos, pinheiros e dendzeiros sobre a vida das pessoas, os impactos negativos tais como os conflitos territoriais, o esgotamento dos recursos hídricos, a falta de oportunidades de emprego e a destruição da economia local são os mais frequentemente mencionados. Os impactos específicos em aspectos fundamentais da cultura dos povos são menos mencionados e até não mencionados, mesmo que as consequências possam ser terríveis uma vez que a cultura dos povos está fortemente ligada a sua identidade, autoestima, bem-estar e, afinal, a sua sobrevivência.

Esse é o caso com a cura tradicional na África do sul. Devido à expansão das plantações industriais de árvores, os curandeiros tradicionais em Bushbuckridge no norte da África do Sul sofrem a perda e o acesso restrito a áreas com espécies nativas de árvores, usadas pela medicina tradicional, o que é fundamental para a saúde e o bem-estar do povo. Em Bushbuckridge, a organização de curandeiros tradicionais tem seu próprio centro na comunidade, muito freqüentado pelos membros- o que mostra a importância dessas práticas para a comunidade.

Ao perder o acesso a determinadas espécies nativas, a cultura de cura tradicional está sob ameaça. Os curandeiros, como a grande maioria de comunidades afetadas, nunca foram consultados sobre se queriam ou não as plantações industriais de árvores. (Vide testemunhos dos curandeiros tradicionais em http://www.youtube.com/watch?v=yHZ2t4CMkZY&list=UUt5J0iXFPruH3sYHcw4bz_g&index=8&feature=plcp)

De fato, na África do Sul e em muitos outros países do sul, as empresas que promovem as plantações industriais de monoculturas de árvores não só destroem as culturas locais, como também introduzem um novo conceito de cultura: a cultura do consumo, cuidadosamente 'embrulhada' em um discurso que usa palavras bonitas como 'desenvolvimento, progresso e geração de emprego'. Contudo, o diretor da Stora Enso para América Latina, Otávio Pontes, por exemplo, em um vídeo de 2006 chamado 'It is Sweden that is too small' sobre os impactos das atividades da Stora Enso no Brasil, faz uma defesa evidente da 'cultura do consumo' ao afirmar que: "O consumo do papel é uma forma de medir o nível educacional de uma população. Assim, quanto maior for o consumo do papel, maior é o nível educacional da população". (www.wrm.org.uy/videos)

Tal cultura de consumo que, conforme este executivo da indústria do papel, faz que o povo se tome cada vez mais educado quando consome mais papel, tem na realidade pouco a ver com a educação e/ou com a alfabetização, inclusive se a educação é considerada no sentido estrito de, por exemplo, o consumo de livros para a importante atividade de ler, estudar, juntar informação e conhecimento. A maior parte do consumo de papel é na forma de papel para embalagem e papel descartável (vide 'Montanhas de papel, crescente injustiça' em http://www.youtube.com/watch?v=QVDQc-r_Wb8 ou em www.wrm.org.uy). Além do mais, o consumo está concentrado nos centros urbanos, bem longe das comunidades afetadas, e fortemente vinculado à sociedade industrial movida pelo consumo e o lucro de todo tipo de produtos. Isso tem levado o mundo até o atual cenário de incremento da mudança climática, fome e mortes que está afetando tanto a maioria da população mundial, justamente a parte que não consome, quanto a natureza per se.

A cultura que os curandeiros tradicionais promovem e da qual fazem parte não está baseada no consumo nem em propagandas enganosas como a usada pela Stora Enso em benefício próprio e de seus acionistas. Os curandeiros tradicionais têm fortes raízes no território e baseiam sua prática no respeito e no conhecimento da natureza, visando a promover o bem-estar e a solidariedade na comunidade. Não tem a ver com o consumo cada vez maior nem com os lucros. Apesar de terem suas práticas ameaçadas, sua presença torna-se, na realidade, mais importante se forem compreendidos os problemas que as comunidades, cercadas por plantações em grande escala, enfrentam quando tentam resistir essas plantações e conservar sua cultura.

Isso motivou a Geosphere, uma ONG local em Mpulalanga, no norte da África do Sul, a trabalhar ativamente em conjunto e apoiar os curandeiros tradicionais e suas organizações na luta contra a expansão de plantações industriais de árvores. Os curandeiros tradicionais participam, por exemplo, do caucus-água, uma ampla coalizão não governamental de ONGs e organizações de comunidades preocupadas pela conservação dos recursos hídricos para satisfazer as necessidades das pessoas. Não é preciso mencionar a preocupação com as plantações industriais de árvores e sua expansão, uma vez que essas plantações na África do Sul, promovidas principalmente por umas poucas corporações, há décadas são consideradas como causa provada de esgotamento dos recursos hídricos.

O exemplo do envolvimento dos curandeiros tradicionais na África do Sul com as comunidades que estão resistindo e lutando contra as plantações industriais de árvores é crucial, como também

tem sido mostrado em muitos outros lugares. É um elemento fundamental que pode criar solidariedade e construir um movimento entre as comunidades afetadas. Mostra, mais uma vez, que os povos devem ser respeitados, e que a cultura e a educação não têm nada a ver com o consumo excessivo e crescente de papel.

Winfridus Overbeek, WRM, informações obtidas durante visita a campo na África do Sul e Suazilândia em dezembro de 2011, junto com a organização local Geasphere.

Início

- Filipinas: a crescente ameaça das plantações de dendezeiro em Palawan

Palawan, localizada entre o mar de Sulu e o mar da China Meridional, é uma das ilhas mais bonitas das Filipinas. A ilha tem 450 quilômetros de comprimento e 40 quilômetros no ponto de maior largura. Ao longo de suas esplêndidas praias- emolduradas por manguezais e pelo último remanescente de floresta perene de terras baixas- recifes de coral abrigam uma biodiversidade marinha única.

Dos aproximadamente 900.000 habitantes de Palawan, cerca de 20 por cento são povos indígenas que pertencem a três grupos étnicos- Tagbanua, Palawan e Batak- cujos principais meios de vida são a agricultura de terras altas (arroz, mandioca milho, banana, coco, etc.), a caça e coleta, e a coleta comercial de produtos florestais não madeireiros (vide Boletim Nº 165).

O governo provincial da ilha se orgulha de Palawan ser “um paraíso como não há outro”. E, de fato, além de sua floresta altamente diversa, o local abrange sete áreas protegidas, uma área declarada “Santuário de Aves e Refúgio de Caça” desde 1967 e uma área declarada “Reserva de Manguezais” desde 1981. A partir de 1990, toda a província de Palawan foi declarada Reserva do Homem e da Biosfera pela UNESCO. A província também tem dois locais de Patrimônio Mundial: o Parque marinho do Recife de Tubbataha e o Parque Nacional do rio subterrâneo de Puerto Princesa, sendo este último recentemente votado como uma das Sete Maravilhas do Mundo.

No entanto, esse cenário esplêndido e de biodiversidade única enfrenta o risco de ser ameaçado e saqueado por atividades industriais.

A mineração, denunciada em boletins anteriores do WRM (vide 165 e 172), tornou-se uma grande problemática em Palawan. A enorme ameaça resultante da mineração tem gerado uma oposição generalizada, que articulou uma forte campanha que até o momento juntou mais de quatro milhões de assinaturas, reivindicando deter a mineração em Palawan e em outros ecossistemas insulares (vide <http://no2mininginpalawan.com/>). Por outro lado, os povos indígenas através de sua própria rede (Rede indígena ALDAW- Ancestral Land/ Domain Watch) também começaram sua campanha on-line tanto contra a mineração quanto contra a expansão de dendezeiro, também chamada de palma ou palma africana em português (vide <http://www.petitiononline.com/PA2010/petition.html>).

De fato, os povos indígenas e os pequenos agricultores estão sendo ameaçados pela expansão das plantações industriais de palma que o governo provincial começou a promover em algumas áreas de Palawan em 2003 como parte de uma meta nacional de conceder 20.000 has para ser plantados com dendezeiros em Palawan até 2011.

Apesar do fato de que em muitos outros lugares- inclusive nas vizinhas Indonésia e Malásia- já foi comprovado que as plantações industriais de dendezeiros afetam de forma negativa o ambiente e as comunidades locais, o governo local de Palawan estabeleceu o Conselho de Desenvolvimento da Indústria do Dendezeiro em Palawan em 2004, para fazer de Palawan uma das províncias produtoras de palma de óleo na Ásia.

Em um relatório do Forest Peoples Programme (FPP) (Programa Povos da Floresta) intitulado Oil Palm Expansion in South East Asia. Trends and implications for local communities and indigenous peoples (Expansão do dendezeiro no Sudeste Asiático, Tendências e implicações para as comunidades locais e povos indígenas) (<http://www.forestpeoples.org/sites/fpp/files/publication/2011/11/oil-palm-expansion-southeast-asia-2011-low-res.pdf>), Jo Villanueva apresenta uma descrição exaustiva de como a indústria do dendezeiro está sendo moldada em Palawan como parte de um processo de desenvolvimento de diferentes plantações com investidores privados e usinas de processamento. Em algumas províncias, a expansão do dendezeiro já está concorrendo com outras palmeiras nativas tais como buri (*Corypha elata*)- um material muito usado para a cestaria cujos troncos contêm amido comestível, suas folhas (bud) ou o centro das palmeiras (ubud) também é comestível cru ou cozido, bem como as sementes dos frutos.

Em outros casos as plantações de palma estão se apropriando de terras agrícolas e se sobrepõem aos territórios ancestrais transformando as florestas e as terras em pousio (benglay) em plantações. Isso reduz o número de áreas necessárias para a tradicional cultura migratória que exige que as áreas usadas para o cultivo sejam deixadas em pousio durante vários anos antes de recuperar os nutrientes do solo e a cobertura vegetal. Se não houver áreas suficientes para a rotação, a sustentabilidade do sistema agrícola fica ameaçada (Novellino, D. 2011*). Quando vastas áreas plantadas com lavouras diversas se tornam terras de monocultura são necessários insumos químicos como inseticidas e pesticidas que esgotam os nutrientes do solo e liberam dióxido de carbono.

A expansão do dendezeiro tem levado à intensa compra e venda de terras, à invasão das terras indígenas, ao desmatamento- como no município de Quezon, onde as florestas tropicais estão sendo transformadas em plantações de dendezeiros- e a conversão de terras impacta na soberania alimentar das comunidades locais”(acesse o vídeo da ALDAW em <http://vimeo.com/16570512>)

No sul de Palawan, a joint venture filipino-malásio-cingapurense Palawan Palm & Vegetabel Oil Mills Inc. (PPVOMI) é o principal ator que promove as plantações de dendezeiro e vende toda sua produção para outra empresa do grupo, a Agumil Philippines Inc. (API), que irá estabelecer e operar uma fábrica de óleo em Maasin, na província de Brooke's Point para o processamento de dendê cru e palmeira de noz. No mínimo 70% da produção será exportada para Cingapura, China e Malásia.

Estima-se que a API irá transformar mais de 8.000 hectares de terra agrícola em plantações de dendezeiro nos municípios de Brooke's Point, Sofronio Spaniola e Quezon.

Outras plantações pertencem a produtores contratados da API- tanto cooperativas quanto indivíduos. Também a construtora Cavite Ideal International Construction and Development Corporation (Cavdeal) envolvida no projeto de construção de estradas no sul de Palawan voltou-se para o negócio do dendezeiro e comprou cerca de 5.100 hectares nos municípios de Brookes'Point e Sofronio Española enquanto a empresa filipina COH comprou um total de 700

hectares no sul de Palawan, também para a implantação de plantações de palma.

No geral, o município de Española tem a maior porcentagem de terras voltadas para o dendezeiro, mas o dendezeiro está se espalhando para outros municípios como Brooke's Point, Bataraza, Rizal, Quezon, etc.

A campanha do grupo de apoio às comunidades indígenas, localizado nas Filipinas (ALDAW) identificou o perigo da expansão das empresas de palma e fez um apelo para a implementação de uma regulação mais restritiva no tocante à expansão do dendezeiro a fim de deter o desmatamento, a escassez de alimentos, e a violação dos direitos dos povos indígenas.

Em novembro, a ALDAW convidou o WRM para fazer uma visita de campo aos municípios de Española, Quezon e Brooke's Point a fim de testemunhar os crescentes impactos da expansão do dendezeiro. Em nossa visita encontramos com vários membros das comunidades indígenas do povoado de Irray II no município de Española que descreviam como seus pomares de coqueiros estavam sendo destruídos por uma peste que broca grandes redes de túneis mínimos no tronco do coqueiro e começou a atacar seus coqueirais depois de o dendezeiro ter se expandido na área. O coco é muito importante para o sustento local já que providencia múltiplos produtos e o endocarpo seco (copra) é vendido para obter dinheiro. A destruição dos coqueiros é uma ameaça à economia doméstica e certamente irá aumentar a pobreza rural das áreas afetadas. Pudemos ver o inseto em uma das folhas amareladas de um coqueiro em decomposição- um inseto vermelho que foi identificado pela ALDAW como Red Palm Weevil ((*Rhynchophorus ferrugineus*), nativo do sul da Ásia. O inseto pode atacar mais facilmente os coqueiros que os dendezeiros borrifados de pesticida. Os relatórios dos estudos do FPP informam que só em Irray mais de 1000 coqueiros que pertencem a vinte agricultores foram afetados.

No município de Brooke's Point, o governo local de Ipilan baixou uma resolução, No. 51, no dia 11 de novembro de 2011 exigindo do governo municipal (Sangguniang Bayan) de Brooke's Point, do governo provincial (Sangguniang Panlalawigan), do Conselho de Desenvolvimento Sustentável de Palawan (PCSD), do Departamento do Ambiente e dos Recursos Naturais (DENR) e de outras entidades envolvidas "a tomar providências imediatas para contrapor os impactos negativos das plantações de dendezeiros e deter a expansão de tais projetos de desenvolvimento dentro da jurisdição de Barangay Ipilan e as comunidades vizinhas" com o argumento de que em alguns locais o desenvolvimento de dendezeiro "já está concorrendo e se apropriando de áreas cultivadas (por exemplo arrozais), responsáveis pela auto-suficiência local, "também está se expandindo nas terras de pousio (benglay), e "os herbicidas usados nas plantações de dendezeiros afetando a biodiversidade local, causando a morte de várias espécies de aves, como foi confirmado por agricultores e povos indígenas".

A expansão do dendezeiro também tem sérias conseqüências para o acesso dos povos indígenas a seus terras ancestrais não apenas por causa dos insumos químicos tóxicos, usados nas plantações industriais de dendezeiros, que podem poluir bacias hidrográficas e fontes de água, mas também por causa dos acordos de arrendamento e locações de terras com empresas de palma que implicam a perda do acesso e controle sobre suas terras e seus recursos naturais.

A resolução reconhece que "há escassez de registros públicos que mostrem o processo e os procedimentos ('acordos de arrendamento' e 'locações de terras') conduzindo à emissão de licenças de conversão territorial e ambientais em favor das empresas de palma; "os membros das comunidades indígenas têm 'alocado' porções de suas terras às empresas de palma, sem terem uma clara compreensão do tipo desses 'acordos' e sem receber contratos claros autenticados

pelas empresas”.

O dendezeiro está sendo promovido em nome do "desenvolvimento". Mas qual desenvolvimento? Citando a ALDAW "quando os agricultores das terras baixas em Palawan falam sobre 'o desenvolvimento agrícola' eles estão interessados principalmente em como melhorar a lavoura de arroz e encontrar um mercado estável para o coco e outros produtos agrícolas secundários. Quando os povos indígenas das terras altas falam sobre 'o desenvolvimento agrícola' eles estão se referindo à disponibilidade de suficientes terras florestais para ser convertidas em campos de cultura migratória para o arroz de terras altas e outras lavouras (batata doce, mandioca, taro, milho, sorgo, etc.)

Por sua própria natureza, as plantações industriais de dendezeiros não são ecologicamente seguras uma vez que esgotam a biodiversidade, e não são certamente uma opção de meio de vida sustentável para os pequenos agricultores e os povos indígenas.

A oposição à expansão do dendezeiro está aumentando em Palawan, e uma nova campanha internacional será lançada em breve para detê-las .

Por Raquel Núñez, do WRM, raquelnu@wrn.org.uy, com base na visita de campo a Palawan liderada pela equipe da rede ALDAW (Ancestral Land/ Domain Watch) e nos relatórios preliminares de Dario Novellino providenciados pela ALDAW.

(*) A situação das plantações de dendezeiros na Ilha Palawan (Filipinas), by D. Novellino 2011.

[Início](#)

- Plantações industriais de dendezeiro por trás da apropriação ilegal de terras em Serra Leoa

Durante 11 anos- de 1991 a 2002- uma violenta Guerra civil, alimentada pela distribuição desigual de poder e de recursos dizimou Serra Leoa. Agora, o país enfrenta uma situação de insegurança alimentar e tornou-se um importador líquido de alimentos não só por causa da guerra como também das receitas do Banco Mundial e do FMI. Com o objetivo de promover uma economia com base no mercado, essas instituições impuseram políticas que reduziram os programas agrícolas estatais e os investimentos em agricultura.

Atualmente, o governo está promovendo a “agricultura para o desenvolvimento” sob o modelo do agronegócio, com estabelecimentos maiores e mais mecanizados, e com incentivos para os investimentos agrícolas estrangeiros em plantações de grande escala, especialmente de dendezeiro e cana-de-açúcar para a produção de agrocombustíveis. Várias são as medidas que facilitam o acesso de investidores estrangeiros às terras, por exemplo, a isenção de impostos durante 10 anos para os investimentos em monoculturas de árvores.

O resultado é um processo de apropriação ilegal de terras no país; as terras anteriormente voltadas para o cultivo de alimentos estão sendo disponibilizadas para as grandes empresas, através de arrendamentos, que costumam ser de longo prazo, para produzir produtos não alimentícios destinados à exportação. O relatório sobre Serra Leoa elaborado pelo Instituto Oakland (1) revela que “cerca de 500.000 hás já foram arrendadas a grandes investidores agrícolas, principalmente estrangeiros”, com o argumento de que só entre 12% e 15% da terra cultivável do

país está sendo “usada” ou “cultivada”- o que implica que o restante está disponível para os investidores.

Contudo, como explica o relatório, 60% das terras cultiváveis em Serra Leoa está ocupado por pequenos proprietários que praticam o sistema agrícola de pousio florestal, segundo o qual as terras são cultivadas durante alguns poucos anos até a fertilidade do solo se esgotar, e depois as deixam em pousio durante 10 a 15 anos. Esse período de inatividade desempenha importantes funções: a recuperação dos nutrientes do solo que possibilita o novo crescimento de muitas espécies de árvores e plantas e assim conservam a biodiversidade; a captura de carbono: a proteção de bacias e reservas de água. Além disso, o sistema permite obter, lenha, madeira para a construção e ferramentas, forragem para o gado, plantas medicinais, inhame, carne de animais selvagens, frutas silvestres- sendo todos elementos vitais para as comunidades.

O grande valor ambiental, social e econômico do sistema de pousio florestal está sendo desmontado por políticas que permitem que grandes empresas estrangeiras saiam em disparada para a Serra Leoa a fim de tentar obter lucros a mais. O relatório do Instituto Oakland revela que a Quifel Agribusiness (SL) Ltd. (subsidiária da Quifel Natural Resources de Portugal) adquiriu 126.000 hás de terras de terras agrícolas de planície ou de florestas em pousio principalmente no Distrito de Port Loko, localizado na região leste do país. O foco da empresa é a energia renovável e a agroindústria, e já tem uma planta de biodiesel no Brasil.

Três contratos de arrendamento foram assinados nos subdistritos de Masimera, Koya e Loko Massama, todos por um período de 49 anos com a possibilidade de ser renovados por 20 anos mais, a US\$5 por hectare, aumentando a cada ano até os US\$8 por hectare. De acordo com o relatório do Instituto Oakland, os três subdistritos onde estão localizadas as terras arrendadas pela Quifel estão habitadas por pequenos produtores que cultivam arroz em arrozais de planície chamados bolilands, bem como dendezeiro para uso local, mandioca, batata doce, abacaxi, taro, feijão, milho, diversas hortaliças, mango, banana, plátano, papaia, coco, laranja, limão e grapefruit. Eles produzem para seu próprio consumo e vendem o excedente. Quando os pequenos produtores da comunidade de Petifu na subdistrito de Loko Massama viram suas terras em pousio sendo derrubadas para clarear a parcela da Quifel, eles organizaram um protesto manifestando que tinham sido enganados ao deixarem suas terras férteis. .

É comum que “agentes” locais sejam contratados como “coordenadores” para negociar os arrendamentos. As comunidades locais, os chefes e os proprietários são levados a acreditar que com esses acordos irão obter só benefícios. Os acordos carecem de transparência, as pessoas potencialmente afetadas não foram consultadas, e os riscos possíveis tais a como perda de terras agrícolas ou os impactos ambientais negativos nem sequer são considerados; também não é realizada nenhuma análise dos efeitos sobre a sociedade e a saúde.

As promessas de emprego e outras supostas oportunidades de “desenvolvimento” da Quifel foram as principais razões pelas quais os proprietários de terras e os chefes aceitaram arrendar suas terras. Contudo, não se sabe de nenhum relatório ou documento que indique quantos empregos serão gerados ou se esses empregos poderão compensar a perda de renda e a diminuição de alimentos. Até agora, as oportunidades de emprego têm sido extremamente limitadas.

Outra empresa agroindustrial que investe em Sierra Leone e que foi estudada pelo Instituto Oakland é a empresa Sierra Leone Agriculture (CAPARO Renewable Agriculture Developments Ltd.) – dedicada à produção de dendezeiro para agrocombustíveis, óleo comestível e sabão. A empresa arrendou de 43.000 a 46.000 hás para um projeto de plantações de dendezeiros.

Conforme dados obtidos do relatório e fornecidos pela empresa, o arrendamento em Serra Leoa é por 45 anos com a possibilidade de ser renovado a cada 21 anos, e abrange 43.000 hás, para estabelecer plantações de dendezeiros nos arrendamentos destinados à produção de óleo de dendê para o mercado local. O projeto irá envolver refinarias e plantas de processamento, o que supostamente irá gerar de 3.000 a 5.000 empregos. Contudo, alerta o Instituto Oakland que nada disso foi feito público no país.

Quanto às mulheres, o relatório evidencia que elas são “extremamente vulneráveis nas negociações territoriais. Apesar de as mulheres representarem uma parte sumamente importante da população agrícola e serem vitais para a segurança alimentar, elas (embora haja algumas exceções) não legalmente proprietárias de terras. Por causa disso, é comum que as mulheres não estejam presentes nas reuniões com os investidores e, mesmo que estivessem lá, elas não têm voz. Em muitos casos, nem sequer são cientes de que as terras que estão cultivando estão sendo arrendadas. Não é de surpreender, portanto, que as mulheres não tenham direito a receber uma parte do aluguel, nem sequer quando elas perdem sua própria terra.”

Existe atualmente uma forte pressão para reformar de forma rápida o sistema de posse de terras em Serra Leoa. Tal processo, financiado pelo Banco Mundial, parece ser movido por um desejo de facilitar os investimentos agrícolas em longa escala. O instituto Oakland diz que “preocupa que a reforma do sistema de posse, ao favorecer os investidores ignore os direitos das populações locais e em especial das mulheres. Por exemplo, as organizações da sociedade civil receiam que o investimento estrangeiro vá deslocar as mulheres agricultoras que não possuem títulos de propriedade das terras e que, portanto, não têm a possibilidade da compensação pelos arrendamentos.”

O dendezeiro tem sido uma cultura tradicional para muitas comunidades africanas, mas agora que está nas mãos de cobiçosas corporações movidas pela demanda internacional de óleo de dendê e agrocombustíveis tornou-se uma ameaça. A conscientização, no entanto, está aumentando. A ONG Green Scenery, de Serra Leoa, denunciou a situação de inúmeros agricultores que reclamam do governo a renegociação do contrato de arrendamento de 40 anos sobre quase 6.500 hectares de terras agrícolas de primeira com a Socfin Agriculture Company Sierra Leona Ltd (Socfin SL), subsidiária da empresa belga Socfin. Os camponeses argumentam que não foram devidamente consultados e que foram enganados: “a compensação pelas plantações e a renda anual da terra resultam ridículas diante do que representa a perda da terra e do meio de sustento das famílias rurais” (2). A resposta à reivindicação foi prisão e iminentes sentenças judiciais.

A organização Salva la Selva lançou uma ação de protesto para deter o projeto de plantação de Socfin e devolver as terras aos agricultores. Você pode se unir a ação em <https://www.rainforest-rescue.org/mailalert/814?mt=1264>,

Artigo baseado em: (1) “Understanding Land Investment Deals in Africa. Country Report: Sierra Leone”, The Oakland Institute, 2011, <http://www.oaklandinstitute.org/understanding-land-investment-deals-africa-sierra-leone>; (2) Our Concern, relatório da Green Scenery sobre o caso Socfin, <http://www.greenscenery.org/index.php/component/content/article/32>

Início

- Bolívia: chamada para uma ação urgente para proteger povos indígenas que vivem em situações de isolamento ou extrema vulnerabilidade

Nos dias 7 e 8 de dezembro de 2011 foi realizado um encontro na cidade amazônica de Cobija, Bolívia, para analisar a condição dos direitos dos povos indígenas em isolamento e em situação de extrema vulnerabilidade da Amazônia e o Grande Chaco, e para estabelecer um plano de ações a respeito de sua defesa.

Pablo Cingolani informa sobre o encontro e tece algumas reflexões a respeito. A seguir, extraímos e adaptamos alguns dos conceitos e conclusões constantes do documento que pode ser lido na íntegra em castelhano em:

http://www.ecoport.al.net/Temas_Especiales/Pueblos_Indigenas/Un_camino_hacia_la_proteccion_de_los_pueblos_indigenas_en_aislamiento_de_Bolivia.

Nos últimos cinco anos, no contexto de uma impressionante mobilização social e cultural, Bolívia tem vivido uma época de mudanças. Hoje, como nunca antes, a problemática dos povos originários- sobreviventes de um genocídio que começou no século XVI e de um etnocídio que continua- está em debate enriquecido e carregado de dinamismo humano sensível e multiplicador e de significados históricos, presentes e futuros.

Há sessenta anos, o processo nacionalista quis integrar o índio das terras altas e diluir sua identidade na mestiçagem e o sindicato agrário, e ao mesmo tempo- no caso dos povos indígenas das terras baixas- desconhecia seus territórios lançando- sucessivamente, no decorrer de décadas- sobre eles trágicos planos de invasão e domínio estatal e privado. Hoje, o conflito não só continua aberto e pendente de resolução, mas se torna descarnado uma vez que se inscreve e se potencia criativa e contraditoriamente no novo quadro legal de direitos- que a nova Constituição consagra- e nessa mobilização permanente dos setores sociais, que tem marcado a última década da vida nacional.

O encontro, convocado pela Confederação de Povos Indígenas de Bolívia (CIDOB), realizou-se com a presença de (quase) todos os atores intervenientes e convergentes na problemática dos povos em isolamento e em extrema vulnerabilidade. Estiveram presentes, o governo nacional, o Ministério Público, as regionais da CIDOB, a Oficina do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos com sede em La Paz.

Houve diversas palestras e denúncias sobre situações que vivem os povos em isolamento, em contato inicial e em extrema vulnerabilidade, mas principalmente foi debatida profundamente a elaboração de um plano de ação mínimo e de execução imediata e caráter permanente para estabelecer, pela primeira vez na vida democrática do país, uma agenda visível e propositiva em defesa dos direitos dos povos mais esquecidos.

A declaração e o plano de ação reconheceram que é urgente e necessária a aprovação de uma lei quadro de defesa e proteção dos Povos Indígenas em isolamento, em contato inicial e em alto grau de vulnerabilidade, e nesse sentido percebe-se como positivo o anteprojeto de lei elaborado pelo Vice- Ministério de Justiça do Estado Plurinacional.

Definiu-se como imperioso iniciar um processo de demarcação e controle de todos os territórios indígenas, mas especialmente daqueles territórios habitados por povos indígenas em isolamento, em contato inicial e em alto grau de vulnerabilidade. Isso implica que as grandes obras de infraestrutura ao serviço de projetos extrativos e agroindustriais não continuem exigindo vítimas,

devorando povos, promovendo o etnocídio e o genocídio.

Estabeleceu-se um plano de ação mínimo que implica: a demarcação e salvaguarda de uma área de reserva para o povo indígena Toromona e outra para o povo indígena Pacahuara, para sua estrita proteção e a intangibilidade de seu território; o estabelecimento de uma área de refúgio especial para segmentos do povo indígena Tsimane em condições de extrema vulnerabilidade; o apelo à conformação de comissões de trabalho multidisciplinares e inter-institucionais encabeçadas pela CIDOB para a identificação de outras áreas de refúgio de povos ou segmentos de povos indígenas existentes no território nacional, como as que são habitadas por segmentos do povo Araona, Chacobo, Yuqui, Mosestén, Esse Eija, Yuracaré e Ayoreo, excluindo qualquer possibilidade de afetá-las com algum tipo de atividade hidrocarbônica e/o mineira dentro de seus territórios.

O pronunciamento final expressa: “Se há quase três décadas proclamou-se que Bolívia não podia viver mais sem seus povos indígenas; hoje, com a mesma força e mesma convicção, proclamamos que Bolívia e seu Estado Plurinacional só poderá existir e ser pleno e digno se defender e proteger os últimos Povos Indígenas em Isolamento, em Contato Inicial e em Alto Grau de Vulnerabilidade da Amazônia e do Grande Chaco”.

“Bolívia nunca mais sem seus povos indígenas em isolamento e em situação de alta vulnerabilidade”.

Início

- Equador: pronunciamento em defesa da Pachamama e da vida

Com motivo do 15º aniversário do Instituto de Estudos Ecologistas do Terceiro Mundo e em homenagem a Ricardo Carrere (que foi coordenador do WRM até dezembro de 2011) foram realizadas na cidade de Quito, Equador, as “Jornadas de Pensamento Ecologista, Ricardo Carrere” (*)

Representantes de povos indígenas da região e redes e organizações ambientalistas nacionais e internacionais reuniram-se para contribuir com os conceitos e análises decorrentes de seu trabalho em diversos âmbitos de luta vinculados ao ambiente. Refletiu-se sobre como a partir do ecologismo foi possível integrar conceitos, vincular diferentes correntes e assuntos, identificar as relações de umas atividades com outras e destas atividades com o poder, bem como os vínculos existentes entre o ambiente, a sociedade, a cultura e a economia, partindo do reconhecimento da existência de valores ancestrais dos povos indígenas e sua relação com a Pachamama. Outra grande contribuição é gerar a informação decorrente dessas análises como apoio ao fortalecimento de comunidades e organizações em suas lutas.

A homenagem a Ricardo Carrere foi feita a todo momento visto que sua contribuição foi fundamental para o Pensamento Ecologista Internacional. Ricardo não apenas colaborou com seu pensamento mas também resgatou a necessidade de um espaço permanente de expressão que nos levou a escutar, pensar, refletir e fazer.

O “Pronunciamento em defesa da Pachamama e da vida”, reflexão final do encontro, reafirma a decisão de “mantermos a resistência para defender nossa vida como povos e nossos direitos

territoriais. Só assim é possível um Sumak Kawsay, entendido como a vida em plenitude, em harmonia com a natureza”.

O documento afirma que “Viemos de um processo histórico de enfrentar o capitalismo, a modernização de desumaniza e mercantiliza a vida, e nos dias de hoje, a ‘revolução cidadã’, que com estratégias, discursos e bandeiras diversas pretendem continuar privando- nos de nossas fontes de vida. Não nos reconhecemos como pobres, porque se fôssemos pobres as não seríamos o alvo das empresas e do estado que objetivam tirar de nós a água, a biodiversidade, as riquezas naturais, que se tornaram as novas bases de acumulação capitalista sob os critérios da perversa ‘economia verde’ imposta como a nova forma de enriquecimento das empresas”.

“Em muitos de nossos povos, a palavra ‘pobre’ não existe. Em kichwa, por exemplo, foi adaptado o conceito da palavra ‘wakcha’, que literalmente significa ‘órfã(o)’, pois para esse povo, pobre é aquele que não tem família nem comunidade, e portanto não tem como aplicar a complementaridade, a solidariedade e a reciprocidade, porque se transforma em individualista”.

O documento final aponta, entre outras coisas, que: “Quanto aos ‘serviços ambientais’ rejeitamos a intenção de reduzir a natureza e suas funções a ‘recursos’ e ‘serviços’. Sabemos que a língua é outro mecanismo de dominação e imposição. Novamente, com base em nossas culturas, nas quais essas noções não existem, não aceitamos tais palavras: a Pachamama não é um recurso e não presta serviços. Como diz Taita Lorenzo Muelas, do povo Guambiano- Misak da Colômbia: ‘O Direito Maior indígena originário é legado de nossos antepassados; é imprescritível, inalienável e intrasferível e não está à venda em todo o continente’”

E explicitamente, a respeito da situação no Equador manifesta-se um categórico repúdio a: “qualquer pretensão de ampliar a fronteira petroleira no país; e de forma particular no Parque Nacional do Yasuní, bloco ITT, 31 e campo Armadillo- territórios indígenas e dos povos em isolamento voluntário. Acreditamos na iniciativa de manter o petróleo subterraneamente como o primeiro passo rumo a um país e um mundo pós- petroleiros. Não é pelo dinheiro que defendemos o Yasuní e outros lugares ameaçados, senão porque estamos cientes de todo o prejuízo que ocasiona a exploração petroleira em todas suas fases. Para as regiões já afetadas solicitamos um processo de reparação integral e o cancelamento do Complexo Petroquímico da Refinaria do Pacífico.

Manifestamos nossa solidariedade com os irmãos e irmãs que foram criminalizados, despejados, reprimidos por defender a água, suas terras e territórios, com o uso de mecanismos ilegais e da força pública. Com isso, busca- se intimidar para silenciar as vozes que se opõem a esse modelo. Não entendemos como podem ser tachados de terroristas aqueles que defendem sua própria moradia, aqueles que defendem nossa Mãe.

Repudiamos os fatos de violência e despejo ocorridos em Río Grande (Manabí), por causa da construção de uma barragem, e na comunidade Topo (Tungurahua), reprimida por fazer viável uma hidrelétrica na qual um poderoso grupo econômico tem interesse. De igual forma rejeitamos a chantagem exercida sobre o Povo Secoya por causa de uma história marcada pelo petróleo, as plantações de dendezeiros, os serviços ambientais e inclusive a militarização em nome da conservação.

Reprovamos todo projeto extrativista e de monoculturas industriais que perturbem os direitos da natureza. Exigimos a saída dessas empresas.

Manifestamos nossa solidariedade com todos os parceiros e parceiras afetados, porque partilhamos um mesmo espírito de luta e resistência. Acima de qualquer acordo e convênio imposto sobre os povos, só resta continuarmos o caminho da resistência para defender os territórios, exercendo os direitos consagrados na Constituição e instrumentos internacionais como o Convênio 169 da OIT e outros que protegem os direitos humanos e da natureza”.

Finalmente, anuncia-se que: “Nossa luta é em defesa da vida, por isso é sagrada e não é violenta. Continuamos, após tantos séculos, sendo custódios da Pachamama com suas florestas, paramos, rios, manguezais... Por isso somos qualificados de selvagens e ignorantes, para justificar a intervenção ‘civilizadora’ e ‘modernizadora’. Nas palavras de [Eduardo] Galeano, ‘neste mundo, a palavra e o fato poucas vezes se encontram, e quando o fazem não se cumprimentam’. Nós todos queremos, assim como fizeram sempre nossos povos, continuar quebrando essa fragmentação, vivenciando e praticando o Sumak Kawsay, não só como palavras bonitas, mas em complementaridade, solidariedade e reciprocidade tanto entre nossos povos quanto com a sagrada terra, e resistindo. Nossa proposta política é construir um poder de todos os povos pra defender a Vida em plenitude”.

(*) O encontro, convocado pela Rede de Ecologistas Populares e o Instituto de Estudos Ecologistas do Terceiro Mundo, foi realizado em Quito, Equador, nos dias 17 e 18 de novembro de 2011. O Pronunciamento final pode ser acessado na íntegra em :

<http://wrm.org.uy/paises/Ecuador/>

[Pronunciamento en defensa de la Pachamama.html](#)

[Inicio](#)

- Chile: incêndios e repressão, o legado do modelo florestal

O ano começou com fogo no Chile; as notícias nacionais e internacionais divulgaram os devastadores incêndios que afetaram várias regiões do país. Entre elas, as da Araucanía e o Bío Bío, no centro e sul do Chile. Nessas regiões, espalham-se mais de três milhões de hectares de plantações de árvores exóticas, dos quais mais de dois milhões- plantados principalmente com pinheiros e eucaliptos- pertencem às empresas florestais Arauco e Mininco, e foram afetadas pelos incêndios.

Para os defensores do modelo das monoculturas florestais em grande escala e de rápido crescimento, o Chile é o “país estrela”. Este negócio foi fomentado pelo estado chileno não apenas com a concessão de grandes subsídios como também com forte apoio militar. Necessita e usa todo esse apoio para enfrentar o conflito sobre a posse de terras que desencadeou com o povo Mapuche, visto que as plantações se expandiram em terras historicamente deste povo.

Além do conflito territorial com os Mapuches, as monoculturas florestais em grande escala tiveram drásticos impactos. Apresentaram- se inúmeras denúncias: que deslocado floresta nativa causando assim a perda de plantas medicinais e alimentícias bem como fauna; provocaram seca e afetaram recursos hídricos, superficiais e subterrâneos já que são árvores que fazem um uso intensivo da água; poluíram ecossistemas pelo uso maciço de praguicidas; deixaram comunidades rurais encurraladas; destruíram caminhos rurais por causa do tráfego de maquinaria pesada; substituíram solos agropecuários com a decorrente perda de soberania alimentar; transgrediram lugares

sagrados; contribuíram com o aumento da emigração e da pobreza.

Agora, a onda de incêndios revela a fragilidade do modelo de monocultura. O diretor da Mapuexpress, Alfredo Seguel, faz ver a responsabilidade que as empresas florestais têm nos sucessivos incêndios, pela introdução de espécies exóticas como o pinheiro e o eucalipto, que geram verdadeiros desertos. Seguel adverte que o perigo das plantações como focos de incêndio aumenta ainda mais pela presença de pinheiros mortos atacados pela praga da Vespa da madeira (*Sirex noctilio*). E revela que os locais onde estouraram os incêndios são os mesmos em que essa praga tem se espalhado.

Apesar disso, a reação oficial consistiu em reforçar seu apoio às empresas florestais, colocando a culpa da tragédia nas organizações mapuches e aplicando-lhes repressão.

A Comissão Ética Contra a Tortura (CECT- Chile) encaminhou uma carta pública ao presidente Piñera manifestando sua preocupação pelas operações policiais que violentaram comunidades Mapuche bem como pela invocação da lei antiterrorista, a lei 18.314, promulgada durante a ditadura militar de Pinochet, para reprimir a oposição ao regime. A Comissão declara que essa lei “não cumpre com padrões internacionais quanto aos direitos humanos e obstaculiza as garantias mínimas de um devido processo”, e que seu “uso arbitrário e discriminatório na última década tem gerado um estigma” sobre o povo Mapuche.

O império florestal se desmorona, anuncia Alfredo Seguel. Como todo império, diante da crise, responde com a violência e a criminalização dos protestos. Mas o povo Mapuche continua a resistência, em defesa de seus territórios.

Artigo baseado em informação obtida de: “Chile: la caída del imperio forestal”, Alfredo Seguel, janeiro de 2012, [Mapuexpress.net](http://www.mapuexpress.net), <http://www.mapuexpress.net/?act=news&id=8057>; “Carta al Presidente Piñera”, Comisión Ética contra la Tortura (CECT-Chile), janeiro de 2012, <http://notascect.wordpress.com/2012/01/09/carta-al-presidente-pinera-2/>

[Início](#)

POVOS EM AÇÃO

- Nova pressão sobre a FAO para definir a floresta por seu verdadeiro significado

No dia 21 de janeiro, no contexto da “Semana Verde” de Berlim, a organização Salva la Selva entregou ao Diretor da FAO mais de 27.000 assinaturas de apoio à iniciativa liderada por 613 cientistas e profissionais de diversas disciplinas que abordam o estudo da natureza no mundo todo, reclamando da FAO a modificação de sua definição de florestas.

A definição que o organismo usa permitiu a substituição de florestas primárias por monoculturas de árvores de espécies exóticas, sem que isso fosse considerado desmatamento. Essa definição também permitiu chamar ‘florestas’ a monoculturas industriais de árvores que se expandem à custa da destruição de outros ecossistemas. Por outro lado, a atual definição não contempla a complexidade estrutural dos complexos ecossistemas florestais nem sua capacidade de manter a biodiversidade ou armazenar carbono nem do papel fundamental que têm na vida das populações locais.

As assinaturas foram reunidas por duas campanhas organizadas por Salva la Selva e o Movimento Mundial pelas Florestas, WRM.

Só resta esperar uma rápida resposta positiva da FAO na direção sugerida pela iniciativa.

Início

- Carta aberta contra a “economia verde” e a favor da vida

A Convenção de Diversidade biológica e os governos do Equador, Suécia, Noruega, Índia e Japão vão celebrar, de 6 a 9 de março deste ano, o “Seminário de Diálogo Global sobre o Aumento do Financiamento para Biodiversidade” na cidade de Quito, Equador. O propósito enunciado é chegar a acordos sobre “mecanismos e recursos financeiros” para a biodiversidade.

A organização equatoriana Acción Ecológica faz um apelo para assinar uma carta aberta que será apresentada aos participantes do seminário, na qual se denuncia a intenção de transformar a biodiversidade em uma parte fundamental da chamada “economia verde”, que busca sua consolidação nos acordos da próxima Cimeira Rio+20.

A carta afirma que: “Com os mesmos discursos de mitigação da pobreza, de conservação e sustentabilidade que beneficiaram os setores industriais, militares e financeiros, tentam nos convencer, mais uma vez, de que a ‘economia verde’, fomentada pelos mesmos atores, é a solução”. E denuncia que: “Na prática, pretende-se aprofundar a aplicação de medidas neoliberais diante do problema do clima, do manejo da biodiversidade ou da proteção das florestas”. Como parte deste processo, são identificadas “as falsas soluções para a mudança climática, como os Mecanismos REDD (Redução de Emissões pelo Desflorestamento e a Degradação) ou a economia denominada TEEB (Economia dos Ecossistemas e a Biodiversidade). Intrincadas propostas que visam, essencialmente, ao controle de terras, florestas, água e biodiversidade como recurso de compensação pela perda de biodiversidade, ou como matéria-prima de novas tecnologias”.

As organizações, redes e movimentos sociais signatários exortam os governos que convocam para a reunião de Quito a deter a mercantilização da natureza; impedir o avanço da Economia Verde e “agir em concordância com modelos de sociedades diferentes do sistema capitalista depredador, e que são construídos sobre princípios comunitários e formas de relação com a natureza alicerçadas no cuidado da vida”.

Para assinar a carta, escreva para: iramos@accionecologica.org, com uma cópia a: ivonney@accionecologica.org, ou através do site da Acción Ecológica: www.accionecologica.org

A carta na íntegra está disponível em:

http://wrm.org.uy/paises/Ecuador/Carta_Abierta_Seminario_Dialogo_Global.html

Início

- Índia: fábrica da Michelin ameaça floresta dos Intocáveis

A construção de uma fábrica de pneumáticos da empresa francesa Michelin afetaria florestas, arrozais e lagos da região dos chamados "intocáveis", no estado de Tamil Nadu, na zona sul da Índia. Cerca de 1500 famílias de intocáveis sem terras dependem da lavoura de hortaliças e da floresta para obterem ervas medicinais e frutos silvestres. Principalmente na estação seca, quando as reservas de arroz acabam, suas vidas dependem do que a natureza lhes oferece. Outras 13 comunidades vizinhas também dependem das florestas e da água.

As greves de fome e manifestações contra a construção da fábrica obtiveram, como resposta, pancadas contra os manifestantes e em alguns casos prisão desde fevereiro de 2011.

Apelo à solidariedade internacional: assine a carta que reclama anular o projeto Michelin na Índia para salvar a floresta dos Dalit. <https://www.salvalaselva.org/mailalert/822?mt=1273>

Início

- Indonésia: brutalidade policial em manifestação de apoio ao Projeto da Mina de Ouro Bima

A polícia indonésia atacou uma manifestação pacífica em Porto SAPE no dia 24 de dezembro de 2011, matando três pessoas e ferindo pelo menos vinte e nove.

Os manifestantes eram membros da Frente Popular anti-mineração (FRAT) e reclamavam contra o projeto de extração de ouro Bima, da australiana PT.Arc Exploration Ltd. O empreendimento irá acabar com as terras agrícolas e afetar os recursos hídricos com conseqüências prejudiciais sobre o ambiente e as vidas das comunidades locais que estão formadas principalmente por pescadores e agricultores.

Uma carta internacional foi assinada em solidariedade com os manifestantes que lutavam legitimamente por seus direitos e protegem os interesses de sua comunidade.

(<http://www.walhi.or.id/id/ruang-media/pernyataan-sikap/2008-solidarity-statement-against-indonesian-police-brutality.html>)

Início

